

Juliette de Sousa Vasconcelos¹
Prof. Dr. Luís Alexandre Dias do Carmo²

Essay on the kantian transcendental philosophy

Resumo:

A presente pesquisa tem por objetivo apresentar as bases do pensamento kantiano na construção daquilo que se entende como filosofia transcendental, entendendo que os elementos apresentados são características do método kantiano, presentes e necessários para a compreensão de todas as suas obras. Trata-se, portanto, de um pressuposto teórico para a realização da pesquisa da dissertação de mestrado que visa tratar da relação entre liberdade e dever moral na Fundamentação da Metafísica Dos Costumes de Kant, sob a análise do exame das qualidades inerentes e pessoais do ser humano, que se manifestam de antemão na razão prática e inclui os conceitos de dignidade e dever moral, como pré-condição para determinar uma ação. Desse modo, com a leitura de trechos fundamentais da Crítica da Razão Pura (CRP) e de pesquisadores como Mario Porta, expomos de maneira breve alguns conceitos fundamentais para o problema apresentado na CRP que constitui a chamada Revolução Copernicana do Conhecimento.

Palavras-chave: Filosofia. Prática. Teórica. Transcendental.

Abstract:

The present research aims to present the foundations of Kantian thought in the construction of what is understood as transcendental philosophy, recognizing that the elements presented are characteristic of Kant's method, which is both present and necessary for the comprehension of all his works. It is, therefore, a theoretical presupposition for the execution of the research for the master's thesis, which seeks to address the relationship between freedom and moral duty in Kant's Groundwork for the Metaphysics of Morals, through the analysis of the examination of the inherent and personal qualities of the human being, which manifest themselves a priori in practical reason and include the concepts of dignity and moral duty as a precondition for determining an action. Thus, by reading essential passages from the Critique of Pure Reason (CPR) and the works of researchers like Mario Porta, we briefly outline some fundamental concepts for the problem presented in the CPR, which constitutes the so-called Copernican Revolution of Knowledge.

Keywords: Philosophy. Pratical. Theoretical. Transcendental.

1. Mestranda em Filosofia pelo Programa de Pós-graduação Mestrado Acadêmico em Filosofia da Universidade Estadual do Vale do Acaraú-UVA. Bolsista da CAPES

2. Professor Dr. em Filosofia da Universidade Estadual do Vale do Acaraú- UVA

1. INTRODUÇÃO

O presente ensaio busca apresentar a filosofia transcendental kantiana como método e pressuposto teórico para a realização da pesquisa da dissertação de mestrado que visa tratar da relação entre liberdade e dever moral na *Fundamentação da Metafísica Dos Costumes* de Kant, sob a análise do exame das qualidades inerentes e pessoais do ser humano, que se manifestam de antemão na razão prática e inclui os conceitos de dignidade e dever moral, como pré-condição para determinar uma ação.

Para o filósofo prussiano, compreender o que se entende por filosofia transcendental é fundamental para um bom entendimento de suas colocações políticas, éticas e morais, haja vista que ainda que o homem seja dotado de racionalidade, essa razão não é pura, do contrário, haveria no homem uma necessidade de cumprir a vontade da razão sem a interferência de quaisquer inclinações, e sendo, portanto, o homem tanto pertencente ao mundo dos fenômenos quanto ao mundo *noumenal*³, ele termina por receber influência de ambos. Carmo (2005) afirma que, para Kant o ser racional, pertence ao mundo inteligível, isso porque possui em si, a priori da vontade, a noção de causalidade, como percebida no conceito de liberdade. Esse mesmo ser, enquanto pertencente ao mundo sensível, é afetado por questões externas, e essas condições empíricas o levam a ter inclinações, segundo Kant (2019, p. 51) "Chama-se inclinação à dependência em que a faculdade de desejar está em face das sensações", em outras palavras, inclinação é aquilo que desejo ou realizo impulsionado por sensações - como paixões, apetites e desejos.

Desse modo, para compreendermos a relação entre filosofia prática e teórica, precisamos, sobretudo, compreender a filosofia transcendental, e para isso, procuraremos estruturar este ensaio em duas seções, na primeira apresentamos o contexto que levou Kant a formular sua filosofia transcendental e em seguida, nos detemos ao problema presente na Crítica da Razão

Pura (CRP), no qual buscamos analisar os aspectos fundamentais, mediante uma leitura da introdução e dos prefácios à primeira e segunda edição da CRP, capítulos selecionados da obra *Prolegômenos a toda metafísica futura*, como também de outros pesquisadores do assunto, registrando aqui de que forma Kant constrói a base da sua filosofia.

2. A FILOSOFIA TRANSCENDENTAL

Immanuel Kant (1724-1804) na sua obra mais importante, *A crítica da razão pura* (CRP) de 1781, expõe sua filosofia transcendental pela primeira vez, o ponto central desta obra é a questão que visa estabelecer as possibilidades e os limites de todo o conhecimento racional. Nesse sentido, enquanto no prefácio à primeira edição de sua obra mostra a frustração da metafísica diante das outras ciências, como a lógica, a matemática e a física, no prefácio à segunda edição ele indica inicialmente a pretensão de elevar a metafísica da condição vulgar ao estatuto de ciência.

Kant nasceu no século XVIII, testemunhando a ascensão da ciência. Nesse período, a ciência estava em crescimento e as questões matemáticas e físicas eram consideradas seguras e inquestionáveis. Surge então a dicotomia entre duas correntes filosóficas: o racionalismo e o empirismo. O filósofo demonstra que a escolha entre essas correntes é ilusória, pois o verdadeiro conhecimento surge da síntese entre razão e experiência, como exposto em sua obra principal. Além disso, ao analisar a física e a matemática, Kant compreende como o conhecimento científico é produzido, explicando por que essas disciplinas não são questionadas.

Desse modo, Kant afasta-se de uma posição empirista, uma vez que discordava do papel que era atribuído à experiência no processo do conhecimento, já que, para ele, a razão deveria ter seus próprios fins. Muito embora o filósofo inicie a Introdução da CRP, segundo a edição B, na seção I, falando acerca de nosso conhecimento, que de fato, começa da experiência, ele afirma que "Ainda,

3. Kant realiza uma distinção entre o "mundo noumenal" e o "mundo fenomênico" que é fundamental em sua filosofia. Enquanto o mundo fenomênico trata da realidade da forma como percebemos através das nossas experiências mediante o uso das sensações e entendimento, o mundo noumenal representa toda a realidade em sua essência independente de nossas percepções. Isso porque, devido às limitações humanas, não podemos conhecer a "coisa em si", apenas concebê-la como uma realidade que está para além da aparência.

porém, que todo o nosso conhecimento, comece com a experiência, nem por isso, surge ele, apenas da experiência". (KANT, 2012, p.45) o que é reafirmado na introdução segundo a edição A: "(...) ela está longe de ser o único campo a que nosso entendimento se limita." (KANT, 2012, p. 65).

Segundo o filósofo, a razão também era subjugada pelo racionalismo, ao passo em que a mesma dependia de instâncias superiores a ela, como um bem, um valor, algo exterior a ela. Até mesmo com o cogito de Descartes que entendia a razão como substância, não deixa de evocar uma terceira substância (Divina) que cria e sustém o mundo.

A filosofia de Kant trouxe outro viés: a Filosofia Transcendental ou o que o próprio filósofo denominou de Revolução Copernicana do conhecimento. E para que possamos compreender a resposta que Kant encontrou para o problema da razão, ele nos apresenta inicialmente dois tipos de juízos: analíticos e sintéticos.

Partindo desse ponto, o filósofo inicia uma diferenciação entre juízos sintéticos e analíticos, utilizando o exemplo "todos os corpos são extensos" (KANT, 2012), o filósofo nos mostra que o conceito de extenso já está contido no predicado corpo, então se trata de um juízo analítico, pois há identidade na conexão entre o sujeito e o predicado e não acrescenta nada. No entanto, quando analisamos as sentenças "Todos os corpos são pesados" (KANT, 2012) ou "O sofá é marrom", ao decompor o conceito de sofá, por exemplo, não encontraremos o conceito de marrom contido nele, logo, por serem distintos o sujeito e o predicado, temos aí, um juízo sintético.

Embora questões matemáticas pareçam puramente analíticas, nos exemplos " $7+5=12$ " (KANT, 2012) ou " $2+6=8$ " ao fazermos a decomposição dos conceitos de 2 ou de 6, de 7 ou de 5, também não encontraremos o conceito de 8 ou 12, então são juízos sintéticos também, porque o predicado é diferente do sujeito, a conexão que existe é sem identidade. O que leva o filósofo a nos apresentar ainda um terceiro tipo de juízo: os juízos sintéticos a priori. Tendo este garantida sua universalidade e necessidade, não parte da experiência, mas possui a mesma contida em si e, ainda amplia, ou seja, acrescenta algo de novo.

Assim, um conhecimento para ser científico precisa ser fundamentado no juízo sintético a priori, ou seja, não basta ser sintético, é necessário ter clareza de

que *a priori* significa que não é preciso testemunho da experiência para encontrar sua validade. E é segundo os critérios da universalidade e da necessidade que sabemos quando podemos julgar a validade de um juízo *a priori* sem o testemunho da experiência, como bem é colocado por Kant (2012):

(...) o inteiro propósito final de nosso conhecimento especulativo *a priori*, repousa em tais princípios sintéticos, i.e., de ampliação; pois os analíticos são de fato extremamente importantes e necessários, mas apenas para atingir aquela clareza dos conceitos que se exige de uma análise segura e ampla enquanto nova aquisição efetiva. (KANT, 2012, p. 53, B.14)

Kant percebe que são estes os juízos da matemática e das ciências em geral, por isso, a pergunta que ele se faz é: "como são possíveis os juízos sintéticos a priori?" E é através dessa mudança de viés, que a metafísica pode ser entendida enquanto ciência, que até então era composta por especulações que careciam de embasamento.

Se Copérnico revolucionou ao propor uma teoria heliocêntrica, colocando o sol como centro do universo, Kant pretende romper com a ideia de que ao sujeito que deve se ajustar ao objeto, desse modo, ele coloca o sujeito, ou melhor, a razão como pólo central da cognição. Para ele, esta era a resposta ao problema da razão pura: submeter o mundo à razão. Para o filósofo, todo conhecimento bem construído racionalmente é seguro. Assim, Kant pretende que somente dessa forma, estabelecendo adequadamente os pólos de conhecimento, haja a possibilidade de repensar a metafísica.

3. O PROBLEMA DA CRÍTICA DA RAZÃO PURA

Introduzir a filosofia transcendental kantiana pressupõe segundo o professor Mário Porta, na obra *A filosofia a partir de seus problemas* (2002), que entendamos o que o filósofo alemão compreendia por ciência, física, lógica e matemática, pois só assim poderemos compreender o porquê que a matemática e a física eram possíveis como ciência enquanto a metafísica não.

De antemão, Porta (2002) aponta que o conceito de ciência utilizado por Kant, era um conceito aristotélico, logo, ciência era tudo aquilo que se pretendia ser conhecimento universal e necessário, assim, para o autor, a física era a física newtoniana, na qual a mecânica newtoniana e suas leis iam para além de

dados empíricos, da mesma forma, a matemática era entendida como a geometria euclidiana, o que condiz também com o conceito clássico de ciência.

Kant cita a lógica aristotélica como um tipo de conhecimento que obteve êxito em se estabelecer no caminho seguro da ciência, mas também chama a atenção para o fato de que essa lógica obteve êxito porque não se ocupa de nenhum objeto específico, apenas de si mesma. Para Kant, ela vai tratar apenas de expor as regras formais de todo pensamento, mas sem se ocupar de nenhum objeto específico, a não ser as próprias regras do pensamento. Assim, a lógica aristotélica é aquilo que está pressuposto antes de entrar nas ciências de fato, porque a lógica, vai apenas julgar o conhecimento (válido ou inválido), mas a aquisição do conhecimento precisa ser procurada nas ciências que têm um objeto.

E quais são essas ciências de fato? Sabemos que para ser ciência, como já foi falado, ela precisa de um objeto e que o conhecimento acerca desse objeto precisa ser a priori, isto é, não fundado na experiência. Esse conhecimento a priori pode se referir ao objeto de duas formas, determinar ou realizar esse objeto, pode ser um conhecimento que diz o que esse objeto é, ou ele pode ser um conhecimento que pretende tornar esse objeto real.

Quando temos uma ciência que busca determinar o objeto, temos uma ciência teórica, já quando o conhecimento a priori de uma ciência busca realizar esse objeto se tem uma ciência prática, de qualquer modo, as duas lidam com o conhecimento a priori, isto é fundante e em Kant, não existe ciência sem conhecimento *a priori*.

Kant ainda nos prefácios da CRP propõe que uma das questões que norteou suas pesquisas foi saber se a metafísica poderia ser uma ciência de fundamentos sólidos tais como a física e a matemática, tornando clara a forma dogmática como a metafísica foi exposta sem antes passar por uma avaliação acerca dos próprios limites da razão, conforme o trecho abaixo:

Deus, liberdade e imortalidade constituem essas inevitáveis tarefas da própria razão pura. Mas a ciência cujo propósito último, com todos os seus preparativos, dirige-se apenas justamente à solução das mesmas, denomina-se *metafísica*, e seu procedimento é no princípio *dogmático*, i. e., assume confiantemente, sem exame prévio da capacidade ou incapacidade da

razão para uma tão grande empreitada, a realização de tais tarefas. (KANT, 2012. p. 49, B7)

O filósofo atribui o fracasso da Metafísica ao fato dela ter exercido sua função de forma dogmática, em outras palavras, sem se preocupar em realizar uma crítica prévia de seus próprios fundamentos, por não verificar se a razão pode ou não conhecer os objetos metafísicos, pois "É comum, no entanto, que a razão humana tenha por destino, na especulação, construir o seu edifício tão cedo quanto possível e somente depois disso investigar se o seu fundamento é sólido." (KANT, 2012. p. 50, B10)

Desse modo, cria-se uma falsa ilusão de segurança e confiança em conceitos que aparentemente estão sendo elucidados, são tidos como gerados, como um novo conhecimento, buscando de toda forma provar sua solidez sem que se levante suspeita, ou que se faça alguma avaliação. A respeito disso Kant afirma que:

(...) este procedimento fornece um efetivo conhecimento a priori, cujo progresso é seguro e proveitoso, a razão rapidamente introduz sob essa miragem, sem se dar conta, afirmações de um tipo inteiramente diverso, em que ela apresenta dados completamente estranhos aos conceitos, e o faz *a priori*, sem que se saiba como chegou a eles e sem deixar que tal questão seja sequer pensada. (KANT, 2012. p. 51. B10)

Kant quando vai tratar do problema geral da razão pura, inicia a seção VI formulando o principal problema, que consiste "(...) na questão: como são possíveis os juízos sintéticos a priori?" (KANT, 2012, p. 56, B.19) e segue relacionando diretamente esse problema à situação da metafísica, ao afirmar "Que a metafísica tenha permanecido até aqui instável de incertezas e contradições é atribuível unicamente ao fato de que não se pensou antes nesse problema, nem talvez na distinção, entre juízos analíticos e sintéticos." (KANT, 2012. p. 56 e 57, B.19).

Aqui precisamos esclarecer o que são conhecimentos *a priori* e *a posteriori*. Na distinção entre os conhecimentos puros e empíricos, temos que, aqueles que independem de qualquer experiência, são tidos como conhecimentos *a priori*, e aqueles que têm por base a experiência, são denominados empíricos. Assim, conseguimos fazer a distinção entre conhecimento puro e empírico, afinal, o conhecimento empírico não é capaz de atribuir aos seus juízos uma universalidade estrita ou verdadeira, apenas por indução, ao contrário dos conhecimentos puros que são dados "*absolutamente a priori*" (KANT, 2012).

Assim, com a necessidade de conhecimentos universais, que são obtidos da estrutura subjetiva do conhecimento, portanto do Entendimento, o conhecimento é a soma de forma e matéria, não sendo apenas fruto da sensibilidade, como queriam os empiristas, logo, é preciso ir além da experiência, o que só é factível se forem dados *a priori*, ou seja, seguros por si mesmos.

A ciência não teria sólidos fundamentos, nos diz o autor, se o conhecimento dependesse única e exclusivamente do juízo sintético *a posteriori* ou do juízo analítico *a priori*, uma vez que este nada acrescenta ao conhecimento e aquele não tem caráter universal, como podemos ver na questão posta pelo filósofo: "Pois de onde a experiência mesma extrairia a sua certeza, se todas as regras segundo as quais ela procede fossem sempre empíricas e, portanto, contingentes e dificilmente válidas como princípios?" (KANT, 2012, p. 48, B6). Diante disso, somos levados a refletir sobre os juízos enquanto necessários e universais e, "(...) reconhecer, portanto, guiando-se pela necessidade que este conceito impõe a vocês, que ele tem o seu lugar *a priori* em sua faculdade de conhecimento." (KANT, 2012, p. 48, B6)

Um conhecimento para ser científico segundo Kant, como já citado na seção anterior, precisa ser fundamentado nos juízos sintéticos *a priori*. O filósofo, na CRP diz que: "Caso se queira um exemplo nas ciências, basta observar todas as proposições da matemática." (KANT, 2012, p. 47, B5). Nessa perspectiva, conforme em sua obra *Prolegômenos à toda metafísica futura*, Kant nos diz: "(...) é-nos, no entanto, possível afirmar com confiança, que certos conhecimentos sintéticos puros são reais e dados, a saber a matemática pura e a física pura". (KANT, 1988, p. 36)

Logo, quando se trata da matemática, Kant afirma que não é necessário se perguntar se ela é um conhecimento possível, afinal, já é real, mas a pergunta que se deve fazer é *como ele é possível*. Para ser ciência é preciso ter um objeto e o conhecimento acerca desse objeto precisa ser *a priori*, quando analisamos o espaço e o tempo como formas puras da intuição sensível, temos que:

(...) o espaço e o tempo são aquelas intuições em que a matemática pura, funda todos os seus conhecimentos e juízos, que se apresentam ao mesmo tempo como apodíticos e necessários, com efeito, a matemática teve de representar todos os seus conceitos em primeiro lugar na intuição e a matemática pura, na

intuição pura, isto é, construí-los sem o quê porque ela não pode proceder analiticamente, isto é, por desmembramento dos conceitos, mas apenas sinteticamente. Lhe é impossível dar um passo enquanto lhe faltar a intuição pura, na qual pode ser dada a matéria para juízos sintéticos *a priori*. (KANT, 1988, p. 50 e 51)

Assim, compreendemos então que os objetos nos são apresentados como simples fenômenos, mas a forma (intuição pura) pode ser representada *a priori*, e é onde entra o espaço e o tempo, que pode ser entendido na matemática que, "(...) se eliminar todo o elemento empírico, isto é, o que pertence à sensação, resta ainda o espaço e o tempo, portanto, as intuições puras". (KANT, 1988, p.51) Desse modo, a matemática pode ser entendida enquanto ciência, porque o objeto de estudo da mesma está contido no espaço e no tempo, ao contrário da metafísica, que tem como objeto de estudo Deus, a liberdade e a imortalidade da alma, por exemplo, e logo, por não estar contida no espaço e no tempo, não consegue ser compreendida pela razão.

Nosso conhecimento *a priori* só diz respeito aos fenômenos e nunca a coisa em si. Kant nos alerta que esse foi outro ponto que levou a metafísica ao erro, porque: "(...) a metafísica, desde sempre, se iludiu e foi introduzida aos esforços infantis de agarrar bolhas de sabão, porque se tomavam os fenômenos, que são simples representações, por coisas em si mesmas". (KANT, 1988, p. 63) E vemos ainda as incertezas da metafísica enquanto ciência quando o filósofo diz que:

No que diz respeito à Metafísica, porém da qual não se pode dizer que realmente tenha existido, com vistas a seu fim essencial, em nenhuma das versões até hoje expostas, o seu pífio progresso até aqui leva a qualquer um a duvidar com razão de sua possibilidade. (KANT, 2012, p. 57. B 21)

Kant nos apresenta ainda as tentativas de responder questões metafísicas como Deus, liberdade e imortalidade, como uma necessidade da razão humana. E que mesmo com essa necessidade, é preciso estabelecer limites para a própria razão, para esta resolver questões como: "Como é possível a metafísica como ciência?" (KANT, 2012) O filósofo segue fazendo uma distinção entre a crítica da razão pura e o uso dogmático da mesma, uma leva à ciência e a outra a afirmações sem fundamento, respectivamente. Desse modo, ele vem

(...) oferecer por meio de um tratamento completamente oposto ao adotado aqui (referindo-se às tentativas de realização da metafísica

dogmaticamente), uma ciência que é indispensável à razão humana e da qual se podem podar todos os galhos salientes sem danificar a raiz, podendo ela agora, finalmente, crescer de maneira próspera e frutífera. (KANT, 2012, p. 59, B 24)

Por conseguinte, Kant nos coloca diante de uma nova ciência particular denominada de Crítica da Razão Pura, pois deve conter todos os princípios para se conhecer algo "absolutamente a priori" (KANT, 2012), não uma ciência com o intuito de ampliar nossos conhecimentos, mas sim de purificar a "(...) nossa razão e para mantê-la livre de erros." (2012, p. 60, B. 25). Ainda nesta seção, o filósofo traz o conceito de Filosofia Transcendental, contendo dentro deste conceito a própria Crítica da Razão Pura, mas não sendo esta a própria ciência.

Desse modo, a Filosofia Transcendental é "(...) uma filosofia da razão pura meramente especulativa. Pois tudo o que é prático, na medida em que contém móveis, refere-se a sentimentos que pertencem a fontes empíricas de conhecimento." (KANT, 2012, p. 62, B 29). Contudo, Kant finaliza sua introdução apontando as duas principais fontes de conhecimento como uma síntese entre o conhecimento empírico e o puro, ao afirmar que:

A título de introdução ou antecipação, parece suficiente dizer que há dois troncos do conhecimento humano, os quais brotam talvez de uma raiz comum, mas por nós desconhecida; quais sejam, a sensibilidade e o entendimento, os objetos nos sendo dados por meio da primeira, mas pensados por meio do último. (KANT, 2012, p. 63, B 29)

Conclui-se que sendo a metafísica um conhecimento especulativo, que mediante conceitos que não encontram correlatos nos fenômenos advindos da experiência, fica difícil concebê-la enquanto ciência, pois os elementos da razão pura devem ser procurados naquilo que se pode confirmar ou refutar através de uma experimentação (KANT, 2012). Daí, a pergunta que se faz é: "É a metafísica verdadeiramente possível enquanto ciência?" (KANT, 1988, p. 35). A resposta a que Kant nos conduziu é que, como a metafísica ultrapassa os limites da experiência, não pode ser compreendida como ciência, pois não há fundamentação racional do que não pode ser dado empiricamente.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Kant defende pela primeira vez que a experiência é uma forma de conhecimento e que ela deve operar

em concurso com o entendimento, e o entendimento irá fornecer as regras que devem ser pressupostas no sujeito antes dos objetos serem dados. Por isso que o entendimento é chamado também de faculdade das regras, os conceitos puros, as categorias e os princípios transcendentais da faculdade de julgar. São as regras que fundamentam, mas também que limitam o conhecimento.

A Revolução Copernicana tem a ver justamente com investigar quais são essas regras que determinam a priori os objetos. É na medida em que Kant fala que a experiência tem que ser uma forma de conhecimento, que ele vai dizer que ao se ocupar da possibilidade da metafísica enquanto ciência, primeiramente precisa se ocupar de expor quais são esses conceitos a priori segundo os quais os objetos da experiência vão ser regular, e em seguida se ocupar de investigar tudo aquilo que ultrapassa os limites da experiência, temas como Deus, a liberdade da vontade, a imortalidade da alma.

A Revolução Copernicana do conhecimento vai levantar uma consequência muito desfavorável à metafísica, a mudança metodológica proposta por Kant vai dizer como o conhecimento a priori é possível, mostrar as regras a priori em jogo nos objetos da experiência, mas se falarmos daquilo que está fora da esfera dos objetos da experiência, como podemos demonstrar a validade ou não desse conhecimento?

Porque o método que Kant propõe é procurar os elementos da razão pura naquilo que se pode confirmar ou refutar através de uma experimentação, se ultrapassar os limites da experiência não há mais como confirmar o refutar segundo uma experimentação. A consequência óbvia é que não há fundamentação racional do que não pode ser dado empiricamente, logo, a metafísica não é possível, a inconsciência dessa investigação resulta também que, o nosso conhecimento é a priori e, portanto, só diz respeito aos fenômenos e nunca a coisa em si.

Assim, sem a revolução copernicana do conhecimento, a filosofia transcendental, não há como demonstrar como os juízos sintéticos a priori são possíveis, porque todo o conhecimento seria pensado a partir do objeto, o conhecimento seria, portanto, sempre refém do objeto. A filosofia transcendental kantiana, dessa forma, é fundamental para compreender os requisitos básicos da moralidade e o que incorpora o conceito de razão que todos os seres humanos devem reconhecer a priori. Logo, no que diz respeito a uma melhor interpretação da *Fundamentação da metafísica dos costumes*, precisamos estar cientes do que consiste essa filosofia.

REFERÊNCIAS

CARMO, J. **A universalização como critério moral: Kant e Apel.** 2005 Dissertação. (Mestrado em Filosofia). Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2005.

KANT, I. **Crítica da Razão Pura.** Trad. Fernando Costa Mattos. Petrópolis: Vozes, 2012. [Introdução, p. 45 à 68]

----- **Fundamentação da metafísica dos costumes.** Trad. Paulo Quintela, Lisboa: Edições 70, 1988.

----- **Fundamentação da metafísica dos costumes.** Trad. Paulo Quintela, Lisboa: Edições 70, 2019.

----- **Prolegômenos a toda metafísica futura.** Trad.: Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1988.

PORTA, M. A. G. O problema da crítica da razão pura. Em: **A filosofia a partir de seus problemas.** AP, Loyola, 2002. (pp. 107 a 128)